

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

OS CAMINHOS DE UMA NOVA RURALIDADE

maria de Lourdes Zuquim (UAM)

OS CAMINHOS DE UMA NOVA RURALIDADE.

RESUMO

Este trabalho visa aprofundar o conhecimento das condições e dos impactos que as políticas públicas agrárias e ambientais impuseram ao meio rural brasileiro e a sua rede de pequenas cidades, e por consequência ao modelo vigente de desenvolvimento territorial. O estudo se concentrou na região sudeste brasileira, em lugares não alcançados pelo poder modernizante da agroindústria e nem pelos privilegiados eixos de desenvolvimento industrial e de sua rede de cidades urbanizadas, por tanto lugares isolados geográfica e economicamente; mas ao mesmo tempo, lugares que guardam importantes riquezas naturais e aonde habitam os pequenos agricultores familiares, que são hoje os possíveis atores sociais do processo de desenvolvimento territorial e de conservação da natureza. A hipótese de transformação do espaço social rural brasileiro e de sua rede de pequenas cidades, revela o meio rural não mais como lugar “arcaico” ou “atrasado”, mas como lugar “multifuncional”, onde se podem incorporar os avanços tecnológicos para o produzir, o habitar e o usufruir, com preservação dos recursos naturais. Essa hipótese propõe a interface entre (i) reconhecer as distintas formas e técnicas de ocupação do território, que conferem a cada lugar traços culturais e sociais distintos; e (ii) a ruptura das restrições impostas à ocupação do território e aos seus habitantes, pelas políticas de conservação da natureza e dos modelos que as inspiram.

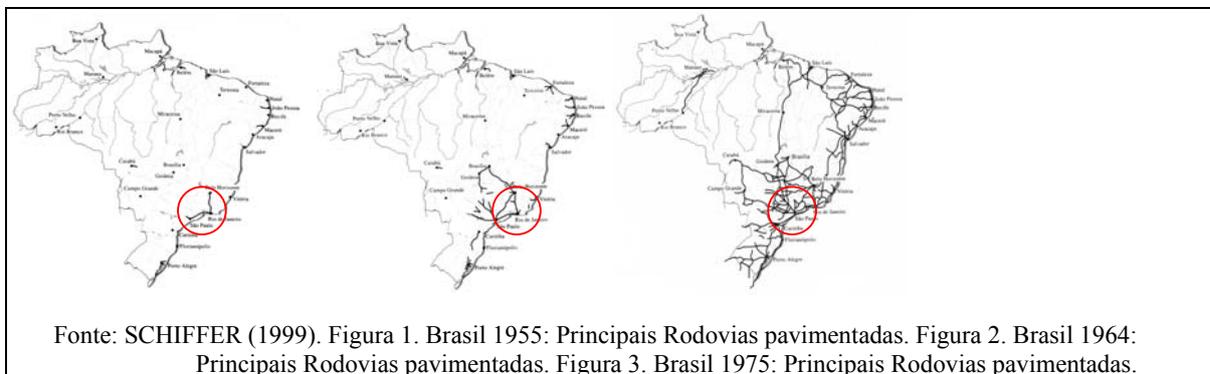
INTRODUÇÃO

No início do século XX, e mais intensamente a partir dos anos 30, com o Estado Novo, começa a se implementar a política governamental de desenvolvimento industrial, e de seus investimentos de expansão dos sistemas de comunicação e transportes, dando início às grandes transformações que redesenharam o território brasileiro – os processos de industrialização e de urbanização.

Entre os anos 50 e 70 do século 20, inicialmente com a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek e, depois, com o chamado "milagre econômico" dos governos militares – período das grandes transformações econômicas e de maior vigor do desenvolvimento capitalista - a economia urbano-industrial passou a determinar as prioridades das políticas públicas e, conseqüentemente, os planos e programas de investimentos governamentais.

O país, nesse século, rapidamente se transformou de agrário-exportador em urbano-industrial, e o planejamento e os investimentos públicos rapidamente reorientaram-se e concentraram-se no modelo de expansão industrial das cidades e produtivista do campo. Com isso, desenhou-se uma rede de cidades em eixos privilegiados de desenvolvimento industrial, em detrimento da ‘antiga’

rede de cidades e vilas que, por estarem afastadas dos pontos favoráveis para a implantação dessa nova ordem econômica, deixaram de receber investimentos importantes, acumulando as disparidades regionais.



Essas “outras” cidades, situadas fora do eixo de concentração de riquezas do capital industrial e urbano, mantiveram-se nos moldes tradicionais da economia pré-industrial, sem acesso, ao dito “modelo de desenvolvimento” e seus investimentos urbano-industriais. Assim, a rede de pequenas cidades e sua zona rural que não partilhavam deste progresso, ficaram dependentes da economia agrária tradicional, e passaram a ser vistas como um lugar “arcaico”, onde vivia uma população “atrasada”¹.

A zona rural moderna passou, desta forma, a ser vista quase exclusivamente como espaço da grande produção agrícola e dos grandes proprietários, enfim da “agroindústria”, um espaço extensivamente e como que essencialmente agrícola. O modelo da agroindústria – da monocultura e da mecanização – foi estimulado como exemplo de agricultura “moderna e racional”, e praticamente todas as políticas públicas territoriais e agrárias foram direcionadas para expandir e modernizar esse modelo. Com isso, foram esquecidos ou ignorados outros modelos de desenvolvimento rural que alcançassem o pequeno agricultor rural, proprietário ou não de terras.²

Ao contrário do que esperava da modernização do campo e do emprego de mão-de-obra agrícola, a modernização que se fez não foi capaz de desenvolver-se sem comprometer extensas faixas contínuas do território; sem devastar inúmeros recursos naturais, com a utilização intensiva da terra e larga utilização dos insumos agrícolas industriais; sem provocar sérios conflitos fundiários; sem estimular a grande concentração de terra e de riquezas; e, principalmente, sem impedir que aumentasse o já grave êxodo rural e o grande avanço populacional dos mais diversos pontos do território nacional em direção aos centros urbanos industrializados.

No fim dos anos 60 e início dos 70, esse modelo de desenvolvimento levou ao surgimento dos primeiros movimentos organizados que manifestavam preocupações públicas, principalmente, em relação aos problemas gerados pelas diferenças sociais e, incipientemente, em relação à inadequada e predatória forma de uso do território. Ao lado desses movimentos, já no início dos 70, surgem os primeiros movimentos de defesa do meio ambiente no Brasil – os “preservacionistas” –, oriundos das áreas das ciências naturais, em especial das ciências biológicas, e fortemente influenciados pela visão americana do “mito urbano da natureza intocada”³, pelo qual a natureza deveria ser protegida da maléfica interferência humana.

A influência desses movimentos nas políticas públicas ambientais e territoriais foi muito intensa, pois, além de determinar a visão biocentrista que se encontra impregnada até os dias de hoje nos meios governamental, não-governamental e, em certos casos, acadêmico, também alimentou a ideologia dos movimentos ambientalistas que se seguiram. Definiu-se, um modelo de ocupação para os lugares que não foram alcançados pelo poder modernizante da agroindústria, nem pelos eixos privilegiados de desenvolvimento industrial e de sua rede de cidades.

Esses lugares não alcançados pela agricultura moderna e desvinculados econômica e socialmente da rede urbana industrial – ao mesmo tempo, e até por conta do isolamento geográfico e econômico –, foram os lugares em que (i) melhor se conservaram os recursos naturais e (ii) onde se encontram as populações que ficaram ao largo das atividades comerciais dos ciclos econômicos. No caso do Sul e do Sudeste do Brasil, a maioria dessas populações habita áreas remanescentes da Mata Atlântica, onde a terra e os recursos naturais eram e, de certa forma, ainda são abundantes. Entre elas, estão as populações caipiras e caiçaras⁴.

Ao mesmo tempo, esses lugares passaram a ser objeto de várias ações de proteção da natureza. Criaram-se diversas normas disciplinadoras e instrumentos legais de proteção da natureza que trouxeram um modelo então preconizado, expresso, fundamentalmente, em proteger as diversas formações florestais do sempre “ameaçador” efeito predatório da atividade humana. A atuação do poder público, assim, pautou suas ações de planejar, projetar, normatizar e fiscalizar, no deixar de “ver” o homem que lá habita e no passar a “ver”, a natureza que lá existe.

Esse extenso quadro de normas disciplinadoras norteou o uso e a ocupação do solo para a preservação dos recursos naturais e definiu um desenho de desenvolvimento territorial em grandes porções do território que não considerou o desenvolvimento das áreas rurais associado à conservação dos recursos naturais. E assim, as comunidades que habitavam esses lugares e produziam livremente, desde muito antes de haver os novos diplomas legais, passaram, a ter de

submeter-se a novas e desconhecidas regras que, na maioria dos casos, não consideravam seus direitos tradicionais de uso do território, tanto no habitar como no produzir.

A partir dos anos 90, com as novas políticas mundiais, o poder público foi se afastando, gradativamente, do seu papel de regulador entre o interesse público e a sociedade e passou à função de intermediador dessas relações; nesse movimento, muitas das antigas atribuições do Estado foram delegadas à sociedade civil organizada. No que diz respeito às questões ambientais, esse movimento de “afastamento” do Estado implicou em que teorias e modelos do mito da preservação de uma natureza intocada, encontrassem assim um caminho aberto para impor-se generalizadamente em todos os territórios protegidos.

Como contraponto a esse pensamento, surgiram diversas novas correntes de pensamento, como as que defendem os princípios do capital humano e social (RATTNER) e as teorias socioambientais (LEFF). Com isso, começaram timidamente a se esboçar novas políticas públicas de desenvolvimento territorial (VEIGA). Por essas correntes de pensamento, o homem que habita esses lugares passa a fazer parte da preservação. Esses movimentos surgem com uma nova abordagem do desenvolvimento, pela qual as questões sociais são integradas às questões ambientais; e a natureza emerge como um meio de reprodução do habitat e objeto possível de reapropriação social.

Nesse mesmo momento, anos 90, começam a se intensificar as preocupações com as diferenças regionais e com as novas formas de desenvolvimento rural – tanto no meio acadêmico, com investigações das novas feições do meio rural brasileiro (GRAZIANO DA SILVA), como no meio governamental, com propostas de novas políticas públicas para o desenvolvimento sustentável rural (VEIGA). Essas políticas aparecem pautadas em novos paradigmas da sustentabilidade, se apóiam em políticas públicas compensatórias e já não vêem o meio rural somente como o lugar da agricultura, mas como uma extensão da vida urbana e das preocupações crescentes com a gestão e a conservação dos recursos naturais.

O meio rural, assim, voltou a ser “visto”, não somente como lugar essencialmente agrário, mas também como lugar ao qual se poderiam incorporar os avanços tecnológicos, e lugar capaz de responder às novas demandas modernas sobre o campo – como atividades rurais não agrícolas de turismo, de lazer, da agricultura voltada a nichos de mercado especiais, de atividades de preservação e de conservação da natureza. Essas atividades, nos últimos anos, vêm solicitando muito desses espaços rurais, inclusive espaços há algum tempo esquecidos geograficamente e economicamente.

Essa nova configuração do espaço rural cria possibilidades de organização territorial e de desenvolvimento rural, e pode oferecer melhores condições de fixação e de construção do habitat rural, desde que haja políticas públicas compensatórias para a moradia, a agricultura e a natureza, das populações que se encontram em graves condições de empobrecimento rural. Aos poucos, avança a idéia de que a cidade não é mais exclusivamente o palco da modernidade, e o meio rural não ‘mais o lugar “arcaico”, “atrasado”, com duas realidades distintas.

OS VÍNCULOS RURAL – URBANO: UMA NOVA RURALIDADE.

A diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Hoje, o rural pode ser entendido como uma continuação da organização da atividade econômica e espacial do urbano. Não se pode mais identificar as cidades apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária.

O meio rural brasileiro urbanizou-se nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura e do prolongamento do mundo urbano naquele espaço tradicionalmente definido como rural. No Brasil, vários estudos têm investigado as novas feições do meio rural brasileiro, dentre eles o “Projeto Rurbano”⁵, cuja hipótese geral é a existência de um significativo processo de reestruturação do espaço rural, em função da perda progressiva de geração de renda pelas atividades agrícolas tradicionais e a introdução de novas atividades produtivas deslocadas do meio urbano para o meio rural, ou ainda outras “novas atividades” criadas ou recriadas do meio rural em novas bases, ou seja, um conjunto de ocupações rurais não-agrícolas (ORNAs)⁶.

Desse conjunto de atividades não-agrícolas, as que mais vêm solicitando os espaços rurais são as ligadas ao lazer – chácaras e sítios de lazer – e ao turismo em suas mais diversas formas. Essas atividades começaram a intensificar-se a partir dos anos 70, devido à crescente preocupação pública com as questões ambientais, que vão buscar na natureza e na vida no campo novos contatos e novos valores – o ar puro, a simplicidade da vida. Essa preocupação também mudou os padrões de consumo das populações urbanas, que demandaram do meio rural novas atividades direcionadas para nichos especiais de mercados – olericultura, floricultura, fruticultura de mesa, piscicultura, criação de pequenos animais – como rãs, canários, aves exóticas –, e ainda, e principalmente, as atividades de preservação e conservação da natureza. São novas clareiras, que aparecem como economia importante para grande parte dos pequenos produtores rurais, que se vêm sem alternativas econômicas, em função das restrições ambientais a que seus lugares estão submetidos,

dadas suas características naturais. Essas novas atividades e demandas começam a redesenhar a paisagem rural ⁷.

Portanto, o meio rural brasileiro começa a apresentar “novas” funções e “novos” tipos de ocupações de atividades produtivas deslocadas do meio urbano e recriadas do meio rural em novas bases, não mais caracterizando o meio rural brasileiro como estritamente agrário. O crescimento de uma economia urbana no meio rural, não mais exclusivamente agropecuária, sugere um decréscimo do êxodo rural e, conseqüentemente, um indicador da urbanização do campo brasileiro, configurando uma nova "multifuncionalidade" do espaço rural, uma real possibilidade de fixar os trabalhadores rurais em melhores condições no seu próprio meio.

O que não acompanhou essas mudanças do meio rural brasileiro foram as políticas públicas de desenvolvimento territorial, que equivocadamente continuaram a atender ao desenvolvimento rural, sempre associado à agricultura moderna, e ao desenvolvimento urbano, como prioritário, já que se entende o país como um país urbanizado. A ausência de políticas de desenvolvimento rural acentuou as disparidades regionais e as regiões ditas "atrasadas" ficaram no esquecimento, sem um desenvolvimento justo que atendesse a demandas locais e ainda sem incentivos para outras atividades não-agrícolas; ou seja, não se criaram nessas regiões alternativas de desenvolvimento. E nessas áreas, ditas atrasadas, que não são favoráveis às grandes plantações – quer por questões geográficas, quer por questões econômicas –, não se desenvolveu uma organização espacial que minimizasse o distanciamento econômico entre o meio rural e o meio urbano.

A partir dos anos 90, o foco de atenção começa a voltar-se para o desenvolvimento rural sustentável, resultante das preocupações com o desenvolvimento territorial e da preocupação pública com as questões ambientais pautadas nos novos paradigmas da sustentabilidade, que agora não vêem mais o meio rural somente como o lugar da agricultura, mas sim como uma extensão da vida urbana e das preocupações crescentes com a gestão e a conservação dos recursos naturais. O desenvolvimento rural e o urbano começam então a ser considerado como incluídos e alvos de políticas públicas dependentes. A necessidade de urbanizar a área rural e de ruralizar as cidades passa a ser vista dentro da mesma lógica.

A partir daí, o território rural começa a receber atenção dos meios acadêmicos, governamentais e da sociedade civil organizada, que passa a preocupar-se com o desenvolvimento rural, não apenas em relação aos seus impactos, mas igualmente quanto a sua racionalidade e estratégia operacional. Agora o rural passa a ser olhado como um lugar possuidor de uma diversidade sociocultural e ambiental que possui ilimitadas possibilidades de ser o guardião do futuro das cidades.

atividades comerciais dos ciclos econômicos, com pouca instrução formal, com títulos precários ou mesmo inexistentes de suas terras, esquecidas pelo Poder Público e, sobretudo, totalmente desinformadas sobre as novas questões que, a partir desse momento, passaram a ser parte de suas vidas, como o impedimento do exercício de suas atividades econômicas de subsistência ou mesmo comerciais, conflitos fundiários e outras.

A região da Serra da Bocaina⁹ passou a ser um local importante, e um dos primeiros, das ações de defesa da conservação da natureza. A pressão exercida pelos grupos preservacionistas sobre o então governo militar, em prol da preservação da Serra da Bocaina, levou à criação – ainda que somente no papel – do Parque Nacional da Serra da Bocaina, mesmo não sendo do interesse imediato do então governo, uma vez que era o tempo do milagre econômico e dos grandes projetos de desenvolvimento.

Logo após a criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina, a região em que se encontram Cunha e Paraty tornou-se objeto de várias outras ações para a proteção da natureza. Criou-se uma série de normas disciplinadoras que traziam consigo o então preconizado modelo para a preservação da natureza, que para essa região se expressava fundamentalmente em proteger as diversas formações da Mata Atlântica das possíveis ações predatórias da atividade humana. Contrariamente ao pensamento preservacionista, da natureza intocada, foram exatamente as populações que habitavam a região e seu modo de vida que permitiram que esses lugares se mantivessem preservados¹⁰.

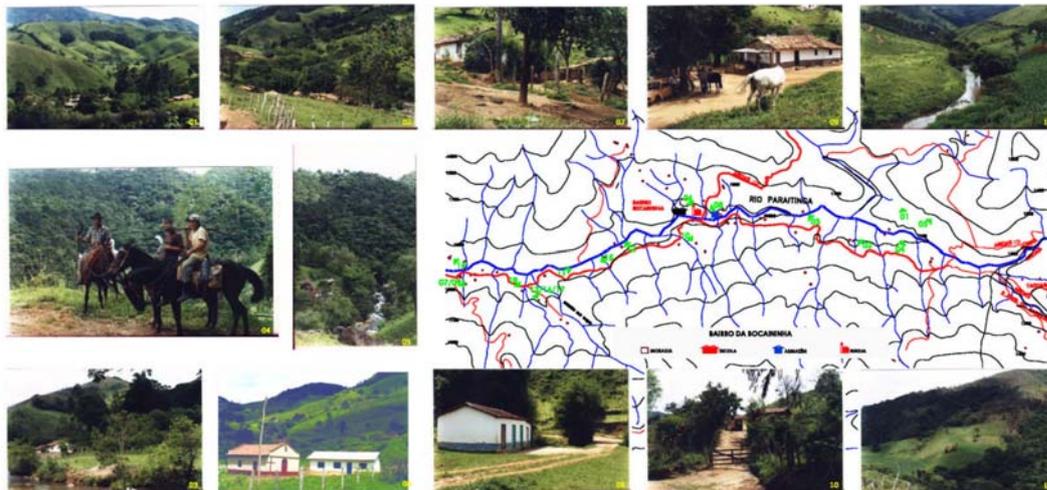
Os municípios de Paraty e Cunha, a partir daí, ficaram submetidos a um conjunto de normas legais de acentuado caráter restritivo – instrumentos jurídicos federais, estaduais e municipais – que, em sua quase totalidade, atendem principalmente à proteção da natureza e apenas uma pequena parte ao desenvolvimento territorial – urbano e rural. Definiu-se assim a nova configuração para o território e, conseqüentemente também, a forma de atuação do Poder Público nas suas ações de planejar, projetar, normatizar e fiscalizar, que agora não mais são para o homem que lá habita, e sim para a natureza que lá existe.

Esse extenso quadro de normas disciplinadoras aplicadas aos municípios de Paraty e Cunha norteou não só o uso e a ocupação do solo para a preservação dos recursos naturais, como também o desenho do desenvolvimento territorial para outras formas que não o desenvolvimento rural.

As comunidades que habitavam esses lugares e produziam livremente sobre o território desde os tempos do desbravamento do Centro-sul do país, ou seja, muito antes da existência desses diplomas legais, em um passe de mágica passaram a ter de submeter-se a novas e desconhecidas regras que as impedem de exercer seu direito de uso do território, de habitar e de produzir, como sempre fizeram.

A GRAMÁTICA DOS CASOS: O BAIRRO DA BOCAINA DE SÃO ROQUE E O BAIRRO DA BOCAININHA E A VILA CAIÇARA DO SONO – PRAIA DO SONO

O Bairro rural da Bocaina de São Roque localiza-se no extremo norte do Município de Cunha, próximo aos limites municipais de Areias e de São José do Barreiro, no distrito de Campos Novos de Cunha. O bairro é composto de duas comunidades rurais, uma do mesmo nome do bairro – Bocaina de São Roque – e outra denominada Bocaininha.



O centro do bairro, para ambas as comunidades, é a praça da Bocaina de São Roque, onde existe uma igreja, um centro comunitário, um posto médico, uma escola multisseriada, uma pequena indústria rural, um pequeno comércio local e uma pequena concentração de casas no entorno dessa praça. As outras casas vão dispersando-se pelos sítios encostas acima, ao longo do rio Paraitinga. A comunidade da Bocaininha também possui um pequeno centrinho, totalmente dependente do centro do bairro. Nesse centro existe uma igreja, uma escola (fechada há mais de 8 anos) e um pequeno armazém. As casas aqui são bem mais dispersas umas das outras, quase não se vêem casas próximas a esse centro. Nessa comunidade, a condição de vida é mais precária do que a da comunidade da Bocaina de São Roque, pois esse lugar é mais montanhoso, o que dificulta muito a agricultura e pecuária local.

A igreja, além de ser o lugar onde a comunidade se encontra todos os finais de semana para rezar a missa, ainda é o lugar onde as pessoas discutem os problemas da comunidade e é onde ocorrem as festas. A igreja é o espaço dos homens, das mulheres e das crianças. O centro comunitário da Associação dos Moradores e Amigos dos Bairros da Bocaina é o lugar onde os homens encontram-se para discutir problemas das atividades agropecuárias, restringindo-se a questões do trabalho masculino.

O atendimento do posto médico é feito por uma enfermeira que reside no bairro e, quinzenalmente, por um médico que vem de Cunha. A escola é multisseriada e vai até a 6ª série; o transporte é feito pela secretaria de educação da prefeitura municipal de Cunha. A pequena indústria rural de queijo pertence à Associação dos Moradores e Amigos dos Bairros da Bocaina, que compra o leite dos moradores do bairro, associados ou não, e comercializa o queijo em Cunha. O comércio local conta com a mercearia, onde a comunidade faz as suas compras do mês, e mais três bares que servem de encontro para os homens e meninos depois do trabalho, e onde também se encontram nos fins de semana. No bairro moram 105 famílias, 57 na comunidade da Bocaina de São Roque e 48 na Bocaininha. A maioria dessas famílias tem laços de parentesco. A população total do bairro é de 422 pessoas, o que representa 10% da população do distrito de Campos Novos de Cunha. Toda a comunidade é católica e sua representação política e social se faz através da Igreja a que eles pertencem.

Na Bocaininha, todos os chefes de família são lavradores, com exceção de um pecuarista, um motorista, um professor da escola da Bocaina de São Roque. Já as mulheres dedicam-se aos afazeres do lar e ajudam nos trabalhos da roça. Em Bocaina de São Roque, esse quadro muda um pouco, quase todos continuam sendo lavradores e as mulheres são dos afazeres do lar e ajudam nos trabalhos da roça. A renda das famílias em sua grande maioria não ultrapassa um salário mínimo, oriundo da sua pequena produção ou da força braçal como diarista na lavoura. A condição de vida na Bocaina de São Roque é um pouco melhor que a da Bocaininha, pois nessa comunidade quase 10% dos moradores têm um ganho melhor, ou seja, superior a um salário mínimo. Todas as crianças em idade escolar freqüentam a escola até a 6ª série no centro do bairro. Depois disso é muito difícil continuar os estudos, tanto pelo fato de ter de ajudar a família na roça e nos afazeres da casa, como pela distância e dificuldades que a estrada para Cunha apresenta, principalmente em tempos de chuva, quando se torna praticamente intransitável. Entre os mais velhos o índice de analfabetismo é muito alto, alcançando quase 60%.

As casas próximas ao centro do bairro são, na grande maioria, de tijolos cozidos, pintadas com caulim, nem sempre brancas. Algumas são de cor bege e carmim, todas com cobertura de telha de barro, reproduzindo a tipologia tradicional da casa cabocla. Nos sítios, mais dispersos, as casas apresentam a mesma tipologia, alternando o sistema construtivo entre a alvenaria de tijolo de barro cozido e o pau-a-pique. Todas as casas têm fogão de lenha. A maioria das casas tem entre quatro e cinco cômodos, poucas têm apenas dois cômodos e mais de cinco. Em quase todas as casas vêem-se nos seus arredores os quintais – alguma horta, pomar, e as benfeitorias como o chiqueiro, a estrebaria, o paiol (que armazena o milho dos pequenos animais).

O abastecimento de água na maioria dos sítios é feito por captação em minas, córregos e rios, em alguns poucos sítios por poços, mas todas essas formas sem nenhum tratamento. Já o centro do Bairro da Bocaina São Roque tem uma caixa d'água coletiva, que abastece os equipamentos sociais e o comércio, e ainda mais 24 casas próximas da praça. Essa caixa d'água é abastecida por mangueiras de borracha que vão buscar a água na nascente de um pequeno riacho no alto da Serra, na divisa com o bairro vizinho de Campo Alegre, também neste caso sem nenhum tratamento. Os sítios destinam o esgoto nos córregos próximos ou mesmo direto no rio Paraitinga, apenas seis sítios têm fossa (todos próximos ao centro do bairro). Não existe nenhuma preocupação com relação ao despejo do esgoto, se é à montante da captação de água ou não. A destinação do lixo é "no mato", "por aí", "tudo no grotão", e alguns enterram ou queimam. O bairro tem iluminação pública. O meio de comunicação é exclusivamente o rádio. Apenas 26 casas têm aparelho de TV – todas essas localizadas nas proximidades do centro.

O único meio de transporte é o cavalo. Não existe transporte coletivo que atenda ao bairro, e para chegar-se a Campos Novos de Cunha tem-se que recorrer aos serviços de lotação, que cobram muito caro. De Campos Novos de Cunha o transporte coletivo – ônibus – faz o trajeto até a sede municipal de Cunha. Na comunidade existem apenas quatro carros; todos esses, além de servir ao uso familiar, também prestam serviço de lotação para Campos Novos de Cunha.

A maioria dos sítios não ultrapassa 40 ha, essa estrutura de pequenos sítios explica-se pela subdivisão das propriedades em função de sucessão familiar, praticamente todos são descendentes dos primeiros moradores. A estrutura fundiária reproduz-se em quase todo o município de Cunha, que se diferencia do conjunto dos outros municípios da região pela estrutura fundiária baseada na pequena propriedade.

A produção é fundamentalmente familiar e ainda apresenta formas cooperativas de produção, como a troca de dia e meia (plantam em terras dos outros). O mutirão na lavoura, nos tempos de hoje, é muito raro, embora ainda seja usado para construção ou melhorias nas moradias, como também foi visto no Bairro do Paiol. A produção familiar aqui é característica de uma agricultura de subsistência com baixo grau de tecnologia e pequeno excedente vendido. A assistência rural não existe, esporadicamente recebem a visita de um veterinário do Estado.

O milho e o feijão são as principais culturas agrícolas, as demais culturas são cará, inhame, batata-doce, um pouco de café, e ainda algumas hortas e pomares predominantemente para subsistência. Todas as famílias têm "crias" para seu próprio sustento alimentar. Vêem-se alguns eqüinos e muares criados como animais de trabalho. A produção pecuária é exclusivamente de bovinos. O gado é

vendido comercialmente e cerca de 60% da produção de leite é comercializada, o restante, que não é utilizado para o consumo, é transformado em queijo minas e mussarela.

Os maiores problemas vivenciados pela comunidade são a precariedade da estrada de acesso ao bairro, que afeta o contato com a rede de bairros rurais, com a sede distrital de Campos de Cunha e com a sede municipal de Cunha, e afeta também o que esses lugares oferecem, ou seja, atendimento médico, educação, mercado, farmácia, acesso a créditos e a assistência técnica; baixo desempenho agrícola e econômico; e outros mais. A esses problemas acresceram-se vários outros novos, originados do modelo adotado pelas políticas de conservação da natureza e das ações decorrentes que essas políticas impuseram ao território e aos seus habitantes. Nesse contexto surge o Parque Nacional da Serra da Bocaina e, com ele, uma série de restrições de uso e exploração da terra, totalmente incompreensíveis para quem já habitava o lugar antes da existência do parque.

Além das restrições e das novas regras impostas pelo parque – não tão novas assim já que este foi criado há mais de trinta anos –, a atuação dos órgãos responsáveis pela conservação do parque sobre a forma exclusiva de fiscalização agravou as relações entre as comunidades e Poder Público, e aí pouco se fez para conservar o parque e muito menos para manter o trabalho na terra e o sustento da comunidade. As outras formas de atuação, que não a aplicação de severas multas impossíveis de serem pagas e os embargos que cerceiam as atividades na terra, como a orientação sobre essas novas regras ou mesmo sobre práticas conservacionistas, não se fizeram e são muito raras na prática desses órgãos. Assim, as restrições ambientais continuam desconhecidas e incompreensíveis para a maioria dos habitantes, a fiscalização cada vez mais ostensiva, os conflitos cada vez mais presentes, e as práticas agrícolas são as mesmas de antigamente. Pode-se dizer que essa forma de atuação de preservação, pautada na fiscalização, não se restringe ao Parque Nacional da Serra da Bocaina, pois essa prática é vista em quase todos os parques nacionais brasileiros.

Os moradores do bairro, portanto, vivenciam vários problemas de ordem econômica e social, mas são as restrições ambientais e a fiscalização que vieram com o Parque Nacional da Serra da Bocaina que mais se fazem presentes no dia-a-dia e que mais contribuem para as dificuldades de vida da comunidade. Impedida de praticar as atividades econômicas tradicionais, a comunidade da Bocaina de São Roque vê seu trabalho e sua renda cerceados e só lhe resta esperar alguma solução mágica, que um dia possa chegar.

A VILA CAIÇARA DO SONO – PRAIA DO SONO

A Praia do Sono localiza-se na porção sul do município de Paraty, no distrito de Paraty Mirim, em uma região denominada Juatinga. A história da Praia do Sono contada pela comunidade confunde-

se com a história de suas lutas pela terra e pela manutenção do modo de vida caiçara, através de inúmeros os conflitos de terra. ¹¹.

A praia do Sono, da mesma forma que a maioria das vilas caiçaras, forma-se a partir de uma extensa rede de caminhos estruturados por um eixo principal – a praia – que articula todos os lugares da vila. Esses caminhos vão desenvolvendo-se vila adentro, em meio aos terreiros (quintais) das casas, entre os canteiros de flores, as árvores frutíferas, as casas de farinha, as hortas, os bichos, e a cozinha – o lugar de limpar o peixe e “pôr no fogo”, o que lhe confere uma configuração espacial muito própria.



Essa rede de caminhos encontra-se estruturada a partir de um eixo principal paralelo à linha da praia, no meio desse caminho encontram-se a escola e a igreja, onde poderia se pensar ser o centro da vila, mas, como em toda vila caiçara, o seu centro é toda a praia. Do caminho principal, na planície marinha, partem todos os outros caminhos subindo pelo sertão adentro, atravessando os terreiros e as roças, até chegar próximo dos 150 metros de altitude, onde se encontram as últimas casas. Ao longo da praia há as casas dos caiçaras, os ranchos de pesca, os bares, algum comércio, acompanhados por uma linha de amendoieiras que delineiam os contornos da areia.

Na vila não existe sistema de captação de água, tratamento de esgoto, energia elétrica, toda a infraestrutura é muito precária. A água captada nas nascentes, sem nenhum tipo de tratamento, abastece as casas por meio de mangueiras. O esgoto é lançado no terreno e no rio próximo ou em fossas negras. Esse tipo de destinação, próxima das mangueiras que fazem a distribuição de água, produz alto índice de contaminação das águas e do próprio terreno. Esse sistema de destinação final do esgoto serve apenas 60% das casas, pois o restante nem ao menos banheiro tem. A energia elétrica se faz por gerador ou lampião, com exceção da escola, que tem um sistema implantado de

energização fotovoltaica, o que permite o uso da escola por períodos mais prolongados. Essa escola atende a crianças da 1ª à 4ª série, depois disso os alunos ou recorrem a outros locais que não são tão próximos ou deixam os estudos. O atendimento de saúde na vila não existe, ou se usam os conhecimentos tradicionais para se tratar, o que aqui é muito comum, ou se for algo um pouco mais sério recorre-se a Paraty. As ervas medicinais mais usadas são cutiabeira, maria preta, santa maria e broto de goiaba e de pitanga, todas usadas para os problemas de saúde rotineiros.

As casas implantam-se no terreno sem nenhum rigor em meio aos terreiros com seus canteiros de flores, árvores frutíferas – goiaba, mamão, pitanga, jaca, abacate, banana e coco –, hortas, crias, benfeitorias, e ainda dividem esse espaço com a cozinha – onde se limpa o peixe e se “põe o fogo”. Situadas próximas às casas, como se delas fosse uma extensão, pode-se ainda ver algumas casas de farinha.

A comunidade tem na pesca a sua atividade econômica principal, e o cerco ainda é uma forma de pesca muito presente. Os outros, que não têm o cerco, da mesma forma que a casa de farinha, trabalham junto no cerco e o pagamento é feito com parte da produção obtida. A pesca serve principalmente para o sustento e para o turismo. Como nesta vila ainda não chegou a energia elétrica, a prática de salgar e secar o peixe no telhado da casa ou no varal de bambu “peixe escaldado”, também se mantém. A construção de canoa, uma tradição no Sono até poucos anos atrás, deixou de existir, a proibição para coletar as madeiras, que servem para a confecção das canoas, fez com que essa atividade deixasse de existir, o que faz muita falta, pois, mesmo com a presença dos barcos de motor de popa, as canoas ainda são muito usadas no cerco e no verão para a pesca da lula (hoje são 50).

Na Praia do Sono moram, hoje, 54 famílias, em 50 habitações, e 240 pessoas. As atividades econômicas predominantes ainda são as atividades tradicionais: pesca, coleta, um pouco de agricultura (não como antes, devido às restrições ambientais e às recentes atividades turísticas). O turismo como uma atividade econômica se configura na forma do aluguel do terreiro (quintal) para camping (4) ou mesmo da moradia – quando a família se muda provisoriamente para casa de amigos ou de familiares –, na oferta de refeições com a adaptação dos antigos ranchos de pesca e mesmo da habitação para a função de bar, e ainda no serviço de transporte e passeios de barcos (hoje motor de popa).

Todas as atividades que a comunidade desenvolve se dão a partir do trabalho familiar como, por exemplo, o cerco, que sempre tem a ajuda das mulheres e dos filhos; ou as atividades ligadas ao turismo – camping ou refeições – que envolvem diretamente toda a família e, ainda, quando é

preciso, o auxílio (remunerado) de outros da comunidade. Os laços de solidariedade ainda estão presentes não somente nas atividades ligadas a pesca, roça e turismo, mas também no mutirão para construção ou ampliação das moradias.

O turismo é uma atividade que vem crescendo nos últimos anos, com um significado econômico muito importante para a comunidade, que aposta nele como via para a conquista de uma vida melhor. Essa atividade, no entanto, vem dando-se de forma muito precária, pois além de não existir infra-estrutura para o receptivo turístico, que em épocas de temporada chega a alcançar 800 pessoas, o turismo é uma atividade que não é permitida pela legislação ambiental, portanto a comunidade está sempre às voltas com os problemas de fiscalização.

A situação fundiária da Praia do Sono continua até os dias de hoje à espera da discriminação das terras, agora serenamente, já que os conflitos fundiários amenizaram-se. Mas as novas questões da preservação da natureza que aqui se implantaram a partir dos anos 70, na forma do Parque Nacional da Serra da Bocaina, da APA ¹² – Área de Proteção Ambiental de Cairuçu e da Reserva Ecológica da Juatinga ¹³ fizeram com que os antigos e truculentos conflitos fundiários dessem lugar a outros conflitos, os ambientais. E esses novos conflitos agora não são mais com os pretensos proprietários de terra, mas sim com os órgãos responsáveis pela manutenção das unidades de conservação, que impõem inúmeras limitações ao uso do lugar e às atividades tradicionais da agricultura, caça, pesca e do extrativismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na crise que se instaurou sobre o agir e o pensar o rural, têm-se debatido dois grandes conjuntos de idéias: de um lado, as teses em que o meio rural é tomado como lugar “arcaico” ou “atrasado”, sinônimo de meio agrícola, com importantes recursos naturais a serem preservados; de outro lado, as teses em que o meio rural é visto como lugar “multifuncional”, no qual se podem incorporar os avanços tecnológicos.

Nesse conjunto de idéias, o meio rural passa a ser visto como lugar onde se pode obter ar, água, lazer, ou seja, espaço em que se consorciam as antigas atividades agrárias e as novas atividades urbanas – com quase ilimitadas possibilidades para ser guardião do futuro das cidades. O meio rural agora é apresentado como o lugar do produzir, do habitar, do lazer e do preservar os recursos naturais e acaba por ser descrito quase como extensão do meio urbano e lugar de uma vida “quase urbana”. O meio rural e o urbano passam a ser objeto de políticas públicas compensatórias.

Consideradas, afinal, essas recentes teses sobre o meio rural e a implementação das políticas públicas compensatórias – de geração de renda, crédito rural, incentivo tecnológico, educação rural, de moradia, dentre outras –; a tese que aqui se apresenta pauta-se na verificação das possibilidades de se construir novas relações entre o habitar, o produzir e o preservar para esse novo rural, e para isso, considera-se as seguintes premissas:

- resgatar a permeabilidade e a acessibilidade do território rural, fragmentado pelas políticas públicas de preservação da natureza e pelos interesses turísticos imobiliários, mediante um esforço para “desprivatizar” o meio rural e conectá-lo com a urbanidade e a modernidade. Nesse movimento, o meio rural brasileiro é aqui simbolicamente retratado pela comunidades da Bocaina de São Roque e pela Vila Caicara da Praia do Sono.
- reordenar o uso do território, valorizando a aptidão do lugar e as características próprias do modo de vida e dos laços culturais e sociais locais, considerados os usos tradicionais agropecuários, novas atividades não agrícolas e a preservação da natureza, para assim integrar alguns ambientes rurais, semelhantes aos aqui estudados, à economia urbana, envolvendo as populações rurais em processos produtivos pluriativos que nasçam no local;
- explorar a possibilidade de urbanizar o meio rural, estendendo até lá a infra-estrutura de transportes e comunicações, os serviços urbanos básicos, principalmente água potável, energia elétrica, saúde e educação, retomando assim o uso do território para o habitar, o produzir e o preservar;
- explorar a possibilidade de termos a família e a moradia rural como fatores regulatórios do êxodo rural; de a natureza ser reapropriada pela sociedade brasileira; de se usarem a agricultura e outras fontes pluriativas para gerar renda; e de se usarem os laços culturais comuns de cada sociedade como possível forma de organização associativada, cooperativada ou não.

NOTAS:

¹. Como exemplo, a região sudeste do país: as cidades, os bairros rurais e as vilas caiçaras do Planalto da Bocaina e Paraitinga e do litoral sul fluminense, que passado o período do auge da economia cafeeira, ficaram distanciados de quaisquer atividades econômica em bases comerciais. Nem a chegada dos grandes projetos de desenvolvimento urbano-industrial, com seus novos caminhos rodoviários e as atividades econômicas intrinsecamente associadas a eles, modificaram a configuração territorial e as relações socioeconômicas, que se mantiveram nos moldes tradicionais da vida do início do século XX.

² Vale a pena lembrar, que historicamente a condição rural brasileira foi marcada pela hegemonia da grande propriedade, sobre a pequena a pequena propriedade, e esta, ficou relegada à subalternidade e ao esquecimento nas políticas públicas de sucessivos governos, definindo-se, desde a origem da colonização, uma estrutura agrária marcada pelas atividades exportadoras “nobres” e pela pequena produção de abastecimento “pobre”. (QUEIROZ)

³ Segundo DIEGUES (1995), a visão moderna de conservação da Natureza surge nos Estados Unidos, em meados do século XIX, período da Revolução Industrial e do grande incremento populacional nas cidades, para proteger a vida selvagem (“wilderness”) que se via ameaçada pela civilização urbano-industrial, destruidora do mundo natural e selvagem, dando origem aos parques nacionais americanos – territórios “intocados” e totalmente desabitados –, que ofereciam aos homens da cidade um mundo natural selvagem, com lugares paradisíacos, para ser usufruído como fonte de admiração, de descanso e onde se desligar dos afazeres e compromissos urbanos

⁴ Esses caipiras e caiçaras pertencem à categoria denominada de agricultor familiar, neste caso não é simplesmente uma categoria de produtores agrícolas voltados a uma agricultura de subsistência, mas sim na sua condição atual de produtores familiares pluriativos – ligados também às atividades de turismo –, cujo resultado representa um elemento fundamental na sua estrutura e na viabilização de sua reprodução presente e futura. Esses agricultores familiares – caipiras e caiçaras de Cunha - podem ser vistos como possíveis parceiros no processo de conservação da natureza, pondo em prática o paradigma da sustentabilidade. Agora, esses caipiras e caiçaras, ou agricultores familiares, passam também a ser atores sociais do processo de conservação da natureza, além de produtores de alimentos, de outros produtos agrícolas, e de outras atividades não-agrícolas, podem ser os guardiões da paisagem e conservadores da natureza. E a agricultura familiar, nesse novo contexto, se faz uma nova forma de atender às questões sociais e ambientais.

⁵ “Projeto Rurbano”, do Instituto de Economia da Unicamp, coordenado pelos Professores José Graziano da Silva e Rodolfo Hoffmann.

⁶ Como exemplos: lazer de feriados e finais de semana em chácaras e sítios de recreio, hotéis-fazenda, spas, pesque-e-pagues; lugares de atividades turísticas – ecoturismo, turismo rural, agroturismo, turismo patrimonial e outras categorias de turismo; novas atividades agropecuárias, ligadas a nichos de mercado especiais; atividades de preservação e conservação da natureza.

⁷ Segundo WANDERLEY (1996), algumas experiências conhecidas na comunidade europeia nas últimas décadas, mostram a transformação do “campo” em um lugar de vida, mais que um lugar de produção agrícola. Transformação, essa, que se opõe àquela antiga visão dualista do “rural” e do

“urbano” como duas realidades distintas, uma em negação à outra. O campo passa a ser visto agora como um lugar de viver e de usufruir.

⁸ Segundo DIEGUES (1995), o Brasil possuía 34 parques nacionais, 23 reservas biológicas federais, 21 estações ecológicas, 38 florestas nacionais, 14 áreas de proteção ambiental e quatro reservas extrativistas, com 31.294.911 ha (3,7% da extensão territorial), sem considerar ainda as áreas de conservação criadas por estados, municípios e particulares, o que significa que, naquela época, as unidades de conservação de uso restritivo cobriam extensão maior do que muitos estados brasileiros. E o autor enfatiza ainda que, se o Brasil atingir os 10,0% de seu território em unidade de conservação propostos pelo PNUMA-ONU (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), serão aproximadamente 8.000.000 Km² de áreas protegidas, superfície maior que a extensão média dos grandes estados brasileiros.

⁹ “Serra da Bocaina” denominação regional da Serra do Mar, localizada na região do litoral Sul Fluminense e do Planalto da Bocaina e do Paraitinga.

¹⁰ “Um exemplo desse tipo de situação das populações tradicionais em áreas naturais protegidas é a existente no Estado de São Paulo. Nesse Estado, em cerca de 37,5% dos parques existe ocupação humana, tradicional ou não. Essas populações são heterogêneas quanto à origem geográfica, laços históricos com a região, situação fundiária e tipo de uso de recursos naturais. De um lado, existem aquelas que invadiram o parque na época ou depois de sua criação e que são fruto da estrutura agrária injusta no Brasil, e de outro lado, existem populações tradicionais que residem há várias gerações na área transformada em parque e que mantêm vínculos históricos importantes com ela, dependem para sua sobrevivência do uso dos recursos naturais renováveis, dos quais tem um grande conhecimento.” VIANNA et alli (1990), IN:DIEGUES (1995:182).

¹¹ Segundo o Atlas Fundiário do Rio de Janeiro (1991), os municípios do Rio de Janeiro que mais apresentaram conflitos fundiários entre os anos de 1970 e 1985 foram os de Angra dos Reis e Paraty, pois desde a construção da rodovia Rio-Santos as terras dessa região foram usadas como reserva de valor que ficaram no aguardo de conjunturas favoráveis para ter seu uso transformado, ou seja, à espera dos empreendimentos turísticos que lá se instalaram. Essa forma de possuir as terras através de medidas violentas por parte dos grileiros, da mesma forma que aconteceu na Praia do Sono, repete-se em quase toda a costa brasileira, porque os caiaças em geral jamais tiveram qualquer documento que comprovasse a propriedade da terra.

¹² As restrições de uso na APA de Caiuru são ainda muito vagas, pois até os dias de hoje esta unidade tem um zoneamento aprovado pelo órgão responsável pela sua gestão – Ibama. Essa falta de clareza com relação aos usos e atividades que podem, ou não, ser desenvolvidos dentro dos

limites dessa unidade permite que a fiscalização do órgão responsável e as atividades econômicas e a ocupação do solo das comunidades que ali existem se dêem de forma espontânea, não atendendo a nenhum critério de ordenamento do território, nem ao menos os municipais, já que a APA se encontra na zona rural e portanto não está submetida à legislação de uso do solo municipal - Projeto de Lei nº 78 de Zoneamento para Paraty.

¹³ A Reserva Ecológica da Juatinga, da mesma forma que a APA do Cairuçu, desde a sua criação, encontra-se sem definição de critérios no que diz respeito ao desenvolvimento das práticas econômicas e do uso do território. Mas essa unidade ainda apresenta algumas peculiaridades, ela não se enquadra em nenhuma categoria existente no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e portanto apresenta um impasse legal. Essa situação está em discussão na Assembléia legislativa do Rio de Janeiro e na Prefeitura municipal de Paraty, e até que isso se resolva a comunidade se vê restringida das suas atividades – a roça, a coleta e as recentes atividades econômicas ligadas ao turismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: Hucitec/ANPOCS/UNICAMP, 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Os Caipiras de São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Série Tudo é História nº78).

COL-LEGI D'ARQUITECTES DE CATALUYA, Màster Intervencions Arquitectòniques en el medi rural. Col-legi d'Arquitectes de Catalunya. Demarcació de Girona, 1998.

COSTA, Irio Barbosa; MESQUITA, Helena Maria - "Tipos de habitação Rural no Brasil". Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 1978.

DEAN, W. A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant' Ana. O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: NUPAUB USP – Serie Documentos de Pesquisa nº 1, 1995.

GRAZIANO DA SILVA, José; et alii. O Novo Rural Brasileiro. Uma Análise Nacional Regional. Vol. 1. Campinas: EMBRAPA Meio Ambiente/IE-Unicamp, 2000.

JORGE, Rogério Ribeiro. A Preservação do Modo de Produção Camponês no PNSB. Dissertação (Mestrado). Orientadora Dr.^a Helena Ribeiro Soral. Programa de Pós Graduação em Economia Política. Pontifícia Universidade Católica, 1997.

LEFF, Enrique. Saber Ambiental – Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Petrópolis: Vozes, PNUMA, 2001.

MUSSOLINI,G.; QUEIROZ, M. I. P. - O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1973.

ORNAs, Ocupações rurais não-agrícolas: anais: oficina de atualização temática, Londrina, PR: Iapar, 2000.

PICCINI, Andrea. A casa da Babilônia. Estudo da Habitação Rural no Interior de São Paulo. São Paulo: Anna Blume, 1996.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Bairros rurais paulistas. Dinâmica das relações bairro rural - cidade. São Paulo: Livraria Duas Cidades,1973.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHMIDT, Carlos Borges. Paisagens Rurais. O Paraíba e o Paraitinga. A Paranapiacaba e o Ribeira de Iguape. São Paulo: Diretoria de Publicidade Agrícola SAICSP, 1944.

SCHMIDT, Carlos Borges. Lavoura Caiçara. Documentário da Vida Rural n ° 14. Rio de Janeiro. Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, 1958.

SIQUEIRA, P. Os caiçaras e a Rio-Santos. São Paulo: Perspectiva, 1989. vol. 3(4): 62-4.

SHIRLEY, Robert W. O fim de uma Tradição. São Paulo: Perspectiva, 1971.

SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Org). Vida Rural e Mudança Social. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

VEIGA, J. Eli. A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. O 'lugar' dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1997.

WILLEMS, E. Notas sobre as habitações temporárias de caiçaras. Sociologia,v.8,n.2,p.216-7, 1946.

WILLEMS, Emílio. CUNHA . Tradição e Transição em uma Cultura Rural do Brasil. Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo - Diretoria de Publicidade Agrícola,1947.

ZUQUIM, Maria de Lourdes. Os caminhos da Bocaina: uma Questão Agrária Ambiental. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 2002.